

Aprendizagem e adaptação da diplomacia no império português na Ásia (1505-1515)

NUNO MARTINS*

No início do século XVI, e na sequência do rápido estabelecimento de uma cadeia de fortalezas e feitorias distribuídas isoladamente por uma imensidão costeira, a administração portuguesa cedo percebeu que era vital estabelecer relações diplomáticas com as diferentes soberanias na Índia. Este processo, de importância instrumental na expansão portuguesa, foi operacionalizado através de encontros diplomáticos. O presente artigo percorre algumas das situações mais pertinentes e evidentes, enquadrando-as no quadro mental do início do século XVI e no significado do empreendimento imperial da Índia, num cenário que implicou o reconhecimento, a aprendizagem e a adaptação a outros modelos culturais.

Palavras-chave: Índia, diplomacia, império português, século XVI.

Learning and adaptation of diplomacy in portuguese empire in Asia (1505-1515)

In the early sixteenth century, and following the rapid establishment of a chain of forts and trading posts distributed separately by a coastal expanse, the Portuguese administration soon realized that it was vital to establish diplomatic relations with the different sovereignties in India. This process of instrumental importance in Portuguese expansion was operationalized through diplomatic meetings. This article goes over some of the most relevant and obvious situations, framing them in the mindset of the early sixteenth century and the significance of the imperial venture in India, a scenario which implied the recognition, learning and cultural adaptation to other cultural environments.

Keywords: India, diplomacy, portuguese empire, sixteenth century.

* Doutor em Ciências Sociais, especialidade Sociologia Histórica PhD in Social Sciences, Historic Sociology, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Na sequência da presença portuguesa no Índico à entrada do século XVI, as interações estabelecidas com as soberanias indianas decorreram de processos de mediação diplomática que manifestaram, inevitavelmente, a essência do poder. Estes processos de mediação, ou de negociação política, de importância instrumental na expansão portuguesa no oceano Índico, e em toda a Ásia, foram interpretados em encontros diplomáticos, desde o início um processo de descoberta recíproca, de aprendizagem e adaptação.

Para os interlocutores na Índia, o convite e a apresentação formal de representantes de esferas político-culturais e sociais, muitas das vezes intangíveis, nunca foi um constrangimento, já que, tal como na Europa, as sociedades asiáticas eram altamente ritualizadas e habituadas ao protocolo simbólico da política e do poder, que cada qual procurava essencializar. Nos prováveis procedimentos formais entre atores políticos, a modalidade da embaixada podia assumir a fórmula da missão diplomática permanente numa corte estrangeira; ou significar o envio de uma delegação formal chefiada por um enviado especial da coroa, enviado como seu representante, acompanhado de um conjunto de oficiais, de logística e outros elementos necessários à deslocação, à eficácia da delegação, e ao regresso da comitiva.

À entrada do século XVI, quer no mundo do oceano Índico, no continente indiano, ou no sudeste asiático, não existia uma rede de embaixadores portugueses permanentes em cortes asiáticas.

Embaixadas

Dos dois procedimentos diplomáticos antes referidos, o Estado da Índia recorreu ao envio de delegações diplomáticas temporárias, quando uma conjuntura ou uma ocasião específica assim o exigiu, mesmo que isso significasse uma permanência de considerável duração. Isto não seria surpreendente dado o caráter de recém-chegado à geografia política da Ásia e ao processo de experiência política que se encontrava implícito ao modelo da presença portuguesa.

Entre as tensões e problemas existentes no subcontinente indiano, e a gestão das oportunidades que se perfilhavam, o Estado da Índia promoveu de imediato, o envio de algumas embaixadas desde a primeira fase da presença portuguesa na Ásia, que corresponde, *grosso modo*, à descoberta e ao estabelecimento de relações com as soberanias políticas na costa ocidental da Índia. Os portugueses procuraram alianças, legítimas ou por coerção, e aproveitaram-se conjuntamente dos conflitos entre diversos potentados. Neste quadro, as embaixadas foram um importante instrumento das relações com as soberanias indianas (e asiáticas). Muitos destes encontros estão registrados nas crônicas da expansão portuguesa em João de Barros, Castanheda, Gaspar Correia ou Diogo do Couto na correspondência e outros textos. E os exemplos são numerosos.

Ainda assim, e independentemente da real avaliação, muitos soberanos da Índia continental reconheceram ao Estado da Índia uma formalidade jurídica *de fato* (mesmo que apenas funcional), ao enviar representantes diplomáticos a Goa, desde os momentos subsequentes à conquista da cidade, e mais tarde, possuindo embaixadores em residência permanente. Ou seja, os envoltivos diplomáticos não ocorreram apenas por iniciativa portuguesa, longe disso, apesar das pontes diplomáticas não serem sempre explícitas, e quaisquer que fossem os interesses envolvidos, muitas soberanias indianas tomaram a iniciativa de enviar embaixadas a Goa, os “ambaxadores dos Rex e principis destas partes, que vos vem buscar”, a que Afonso de Albuquerque se referia em carta dirigida a D. Manuel I¹. Na frase de Albuquerque estava implícito

¹ Carta LXXIV, de 25 de Outubro de 1514¹ In: Raymundo António de Bulhão Pato. *Cartas de Afonso de Albuquerque*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa. 1884. Tomo I. p. 312.

o sentido das relações diplomáticas com o Estado da Índia, denunciando o elevado valor funcional da comunicação política diplomática, e simbólica, pois reconhecia-se a importância do novo ator nos novos equilíbrios a procurar na região².

Com efeito, após a conquista definitiva de Goa, o fluxo de representantes oficiais de cortes indianas foi inusitadamente elevado. A Afonso de Albuquerque,

chegarão embaixadores de algũs Reis, & sñores da India, dos quaes ho primeiro foi ho delRei de Baticalla, que lhe trouxe has pareas que deuia, offereçendolhe lugar pera fazer fortaleza em qualquer parte da çidade que quisesse. Ho senhor de Chaul mandou tambem has pareas que deuia, desno tempo do Viçerei, & assi hũa nao carregada de mantimentos. Hos outros embaixadores foram delRei de Narsinga, de Calecut, de Cãbaia, de Vengapor, de Onor, & de outros, offereçendosse todos a Afonso dalbuquerque, pera ho que lhe delles cumprisse, de maneira que eram tantos hos embaixadores, & outras pessoas príncipaes que cada dia vinhã a Goa, que parecia ser ha corte de hum grande Rei³.

Uma característica fundamental dos encontros diplomáticos que perpassa em todas as descrições, é a forma de protocolo seguida por ambas as partes, em função do que se tentava perceber do protocolo do outro. Claro que as crónicas portuguesas apenas conferem um olhar a partir da percepção dos portugueses, e seria importante dispor de fontes que permitissem aceder ao olhar, não dos, mas sobre os portugueses.

Em suma, os desafios e constrangimentos da missão diplomática foram variados, e ensaiar tipologias da dimensão operativa das embaixadas poderá ser inusitado, mas ajuda a sistematizar os propósitos em jogo. A título experimental, e correndo o risco de simplificar em demasia, os intentos projetados nas embaixadas podem agrupar-se em: estabelecer contactos oficiais, consagrados ao conhecimento exploratório, demonstrando o poder do rei de Portugal; assegurar tratados de comércio, o que implicava contactos prévios e um acompanhamento anterior; firmar acordos militares, na sequência também de contactos anteriores e conjunturas específicas; e resolver problemas pontuais ou especiais. Mas, frequentemente, todos estes objetivos confundiam-se numa mesma embaixada e complementavam-se do ponto de vista político⁴.

2 Foi o caso do envio do embaixador Mateus, um antigo mercador arménio, enviado pela rainha regente Helena, que tomou a iniciativa de enviar um diplomata à Índia, onde se encontrou com Afonso de Albuquerque, cf. Damião de Góis. *Crónica do Felicissimo composta por Damião de Góis, nova edição conforme a primeira de 1566*. Coimbra: por ordem da Universidade, 1954. Parte III, Cap. lviii. p. 217-219. Outra iniciativa de contato diplomático precoce, foi o caso do recebimento do embaixador de Vijayanagara, “hum tamanho, & tam poderoso Rei”, por D. Francisco de Almeida, a bordo da sua nau, ao largo de Cananor, “que ho alli esteue esperando algũs dias”, logo em 1505, cf. Idem. Parte II, Cap. v. p. 20. Exemplos de outras embaixadas dirigidas aos portugueses, são os vários casos identificados pelos mandados de Afonso de Albuquerque, dos reinos de Baçorã, da Pérsia, de Bijapur, de Ormuz, de Batecala, “do embaixador das Ilhas”, entre muitos outros. A título de exemplo v. ‘Mandado de Afonso de Albuquerque para dar bens para sustento dos embaixadores presentes em Goa, em Goa, em 12.01.1513’ In: Raymundo António de Bulhão Pato. *Op. cit.* Tomo V, p. 358. Em sentido inverso, contactos inaugurais de iniciativa portuguesa, são o caso do envio por Afonso de Albuquerque em 1511, de Duarte Fernandes ao reino do Sião, após a tomada de Malaca no ano anterior, e a missão de António de Abreu às Molucas, Cf. Carta de Afonso de Albuquerque ao rei, em Cochim, 20 de Agosto de 1512, em Raymundo António de Bulhão Pato. *Op. cit.* Tomo I, carta X. A missão de Abreu é citada em João de Barros. *Da Ásia, década primeira a década quarta*. Lisboa: Livraria Sam Carlos, 1973. Década II, Livro VI, Cap. V, e em Fernão Lopes de Castanheda. *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*. Porto: Lello & Irmãos, 1979. Livro III, Cap. LXXV.

3 Damião de Góis. *Op. cit.* Parte III, Cap. XVI. p. 69.

4 Foi o caso da missão de Frei Luis do Salvador a Vijayanagara, que Albuquerque instruiu cuidadosamente quanto aos objetivos, todos eles políticos, tendo em conta que ainda não tinha conquistado Goa. Fr. Luis do Salvador foi instruído a oferecer a Krishnadeva Raya a assistência dos exércitos de Portugal “offerecer-lhe as Armadas, e gente del Rey meu Senhor”, enfatizar o poder da coroa portuguesa “Lhe direis da grandeza, e poder delRey meu Senhor”, declarar que o rei português desejava amizade com os reis gentios “a todos os Reys gentios de sua terra, e de todo

Reciprocidade

Outra face do trânsito dos enviados diplomáticos que se percebe dos documentos coevos é o exercício da reciprocidade, desde cedo percebido como uma oportunidade de instituir contatos privilegiados e continuados, e retirar um mais profundo proveito político, comercial ou militar (em 1512: embaixada da corte do Sião a Malaca, na sequência da embaixada de Duarte Fernandes; 1514: embaixada do sultão Shams-ud-Din Muzaffar Shah II do Gujarat, a Goa, na resposta da embaixada de Diogo Fernandes, enviada por Afonso de Albuquerque; 1514: embaixada de Miguel Ferreira à Pérsia, na resposta da visita de uma embaixada persa a Goa; 1515: embaixada portuguesa à Etiópia, na resposta da visita do embaixador Mateus a Portugal)⁵.

O espaço

Mas, qualquer que fosse a característica da embaixada, o encontro diplomático implicava sempre que cada uma das partes procurasse perceber e descodificar o protocolo e a linguagem simbólica do outro.

É possível distinguir alguns níveis na composição do cenário diplomático, o qual cada uma das partes procurava estabelecer da melhor forma, (para impressionar, mas também para convocar confiança) certamente mediado pelas representações mentais de cada esfera cultural.

Todos os aspectos eram importantes: a escolha do espaço ou do local onde decorreria o encontro, a escolha e representatividade dos interlocutores, a apresentação física dos principais intervenientes, o protocolo a seguir no decorrer do cerimonial na interacção entre os intervenientes, os rituais, a cortesia, a encenação, o aparato e a decoração do espaço onde

o Malabar, faça honra, e gasalhado, e sejam bem tratados de mim, e não lhe tome suas náos, nem mercadorias”, e prestar auxílio na luta contra o inimigo comum “e que destrua os Mouros, com os quaes tenho sempre contínua guerra, como sei que elle mesmo tem”. Sugeriu um ataque combinado contra o Samorim de Calecut “entrando elle polo sertão, que eu irei pela ribeira com huma grossa Armada, [...]”, e á outra com sua gente, e o tomemos sem poder escapar”, e prometeu ajudar Vijayanagara contra Bijapur conquistando Goa, assegurando o fornecimento de cavalos, cuja origem em Ormuz esperava em breve controlar (“entenderei logo no feito de Goa, onde o poderei ajudar na guerra contra o Rey de Decan, e lhe tirarei o trato dos cavalos, que vam pera o seu Reyno” – Vijayanagara já tinha divergido as importações de cavalos para portos alternativos, depois da conquista de Goa por Bijapur. Frisou a importância de convencer Krishnadeva Raya a enviar embaixadores a Portugal “torno-vos a lembrar, que trabalhei quanto poderes, que o Rey de Narsinga mande seus Embaixadores a Portugal visitar EIRey”, e solicitou o direito a construir fortalezas e feitorias na costa quando necessário “sendo caso que cumpra a EIRey meu Senhor fazer assento, e Feitoria em qualquer lugar dos seus portos, desde Baticalá até Mangalor, que mande que suas gentes, e Armadas sejam recebidas nelles, e dem lugar pera se fazer huma casa forte”. V. Braz de Albuquerque, *Comentários de Afonso de Albuquerque*, 5ª edição conforme a 2ª edição de 1576. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1976. Parte II. p. 91-95.

5 Com a partida de Mateus de Portugal em 1515, na armada de Lopo Soares de Albergaria, é expedida uma missão diplomática portuguesa chefiada pelo prestigiado nobre da Casa Real Duarte Galvão, e na qual se integrou ainda o Pe. Francisco Álvares. Já na Índia, o regresso de Mateus e a ida da embaixada portuguesa enfrentaram sucessivos atrasos e problemas, até que Duarte Galvão morreu. A embaixada só conseguiria atingir a Abissínia em 1520, chefiada então por D. Rodrigo de Lima, e em tempo do governador Diogo Lopes de Sequeira. Em sentido inverso, a embaixada de Diogo Fernandes, que Afonso de Albuquerque enviou ao sultão do Gujarat, em Fevereiro de 1514, proporcionou uma recíproca por parte do soberano, Shams-ud-Din Muzaffar Shah II (r.1511-1526), v. João de Barros. *Op. cit.* Década II, Livro X, Cap. I; também Damião de Góis. *Op.cit.* Parte III, Cap. LXIII. Exemplo da reciprocidade, é ainda o caso da embaixada de Miguel Ferreira á corte do Shah Ismael, em 1514, na sequência da presença de um embaixador persa em Goa. Albuquerque idealizou a embaixada de Miguel Ferreira, pedindo ao embaixador persa “que quando se quizesse tornar pera a Pérsia, houvesse por bem de levar em sua companhia hum seu mensageiro, que queria enviar ao Xequé Ismael”, em João de Barros. *Op. cit.* Década II, Livro X, Cap. II. As circunstâncias desta embaixada são também relatadas em Gaspar Correia. *Lendas da Índia*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1863. Tomo II, Cap. XLVIII, e Braz de Albuquerque. *Op. cit.* Parte IV, Cap. XVII e XIX. Anteriormente, em 1510, Albuquerque enviara Rui Gomes de Carvalhosa à Pérsia, acompanhado pelo dominicano Frei João do Rosário, mas viria a morrer envenenado e a missão foi abortada. Também no regresso a Malaca, após missão diplomática ao Sião, Duarte Fernandes vem acompanhado de embaixador da corte siamesa, “lhe veio hum Embaixador d’El-Rey de Sião em companhia de Duarte Fernandes, que elle lá tinha enviado”, em João de Barros. *Op. cit.* Década II, Livro VI, Cap. VII. Mais tarde, nova embaixada é enviada ao Sião, “em retorno do que o mesmo Rey lhe tinha enviado”, v. João de Barros. *Op. cit.* Década III, Livro II, Cap. IV.

decorreriam as conversações. Em última instância, pretendia-se criar um cenário onde o equilíbrio fosse um fator fulcral, quer simbólico (na gestão da imagem) quer material (na pompa do espaço e do protocolo), que facilitasse decisivamente a comunicação política entre as partes.

Para além dos motivos puramente pragmáticos, a nível político, militar ou comercial, estava em jogo um diálogo simbólico em que se procurava prestigiar e demonstrar a influência e o poder de cada uma das partes, o poderio dos respectivos soberanos dos quais eram representantes, mas também, estabelecer amizade e confiança, num subtexto simbólico e retórico em que todos os detalhes eram cruciais. Contudo, era importante respeitar os códigos próprios de cada um e, sobretudo, não hostilizar o outro. O que nem sempre era fácil, uma vez que a identificação cultural era mínima, ou quase inexistente (embora seja preciso matizar, já que haviam muitos europeus, mercenários, aventureiros, missionários, renegados, agentes comerciais, etc., ao serviço de cortes indianas e, reciprocamente, muitos indivíduos locais eram empregados e conviviam em áreas portuguesas – e a eles recorria-se para obter informações). No pólo oposto, quando se pretendia declaradamente afrontar o interlocutor, bastava ostensivamente desrespeitar um protocolo sensível, o que provocava efeitos devastadores.

Estas dimensões, cuidadosamente pensadas e planeadas, como é possível entender através das descrições existentes, processavam-se, e eram entendidas, por todos os atores políticos, indianos e europeus. É preciso ter presente que em todo o território do subcontinente, tal como na Ásia, a cultura diplomática estava rigorosamente instituída e era fundamental nas relações entre potentados, quer em regime independente, de soberania, suserania, ou outras modalidades (apenas no continente indiano, recorde-se, existia um mosaico político com inúmeros atores, de diferentes pesos e com diferentes matrizes culturais: religião hindu, muçulmana, budista – origens étnicas tamil, konkani, tuluva, telugu, bengali, decani, persa, etíope, turco-mongol, afegã – confissão sunita e shiita).

Agentes da diplomacia

A elevada dispersão e o carácter heterogêneo do controle político do Estado da Índia, deu ensejo a que, para além dos contactos oficiais e formais encetados por iniciativa dos Governadores e Vice-reis, muitas outras vezes, foram outros agentes que, em locais fora da esfera de influência direta da administração, desempenharam papéis de intermediação, onde os interesses políticos da coroa portuguesa nem sempre foram o objetivo primordial ou final. A existência destes outros agentes incita a tentar uma tipificação, mesmo com os problemas inerentes a uma pretensa homogeneidade interna, de modo a distinguir com a clareza possível, as motivações e o reconhecimento de que esses agentes eram portadores, quer para o Estado da Índia, quer junto das soberanias que contactavam. Colocada esta salvaguarda, arrisca-se, com alguma propriedade, estabelecer três categorias de agentes políticos: informais⁶ (uma espécie de intermediários culturais que, por variadíssimas razões, procuravam obter informações e forjar laços com os atores locais); missões religiosas⁷ (destinadas essencialmente a projetos de conversão religiosa, contudo, numa perspectiva funcional, muitas vezes desempenharam um papel político); e embaixadas

6 Foi o caso de António Fernandes, um carpinteiro naval que, entre 1511 e 1514, habitou nas regiões interiores da costa oriental africana, onde se relacionou com régulos africanos, fez um reconhecimento económico e comercial da região, e desempenhou um papel diplomático informal, na corte do Monomotapa. V. 'Fernandes, António, I.' In: AA. VV. *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. Vol. I p. 404-405.

7 Sobre o papel dos jesuítas como interlocutores políticos na China e no Japão, veja-se Charles R. Boxer. 'Missionaries and Merchants of Macao, 1557-1687'. In: *III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros – Actas*. II. Lisboa: 1960. p. 210-224. No âmbito da missão evangelizadora jesuíta em curso na Ásia, no final do século XVI, há os casos de Francisco Xavier, no Japão, ou Rudolfo Acquaiviva, na corte Mogol. Os Franciscanos foram os precursores na Índia, uns ficaram pela costa e nos empreendimentos portugueses, mas outros embrenharam-se no interior da Índia em missão religiosa.

formais⁸ (pensadas para estabelecer ou continuar contatos formais e oficiais entre o Estado da Índia e os potentados aos quais se destinavam).

Ultrapassa o propósito deste artigo analisar as diferentes modalidades de contato promovidas pelas autoridades seculares e religiosas portuguesas, mas reforça-se a ideia de que as missões religiosas, para além dos objetivos de difundir credos e confissões católicas, muitas vezes operaram com motivações políticas, enquadradas pelo centro em Goa no quadro da organização eclesiástica, apoiada pela coroa com os meios possíveis, e nem sempre é visível e possível a distinção entre estas duas facetas⁹.

Informação

Concentremo-nos nas embaixadas formais. A estes agentes diplomáticos era atribuída a responsabilidade pela introdução e acompanhamento de vários tópicos, o objeto da embaixada, e pela emissão de relatórios políticos com o máximo de informações possíveis de recolher¹⁰.

Contrário à ideia estabelecida da indiferença portuguesa à indagação etnográfica, cultural ou antropológica, parece-me evidente que existem indícios que apontam num sentido diferente. A disposição para o recolhimento de informações é discernível desde muito cedo, mas parece depender da agudeza e sensibilidade de quem instrua a embaixada. Após a tomada de Malaca, Afonso de Albuquerque enviou uma embaixada ao reino do Sião, e com ela Manuel Fragoso, com instruções específicas para a recolha de informação. O resultado seria o manuscrito “Dos trajos, costumes e mercadorias do reino de Sião”, que o Governador de imediato, “mandou logo a Dom Garcia de Noronha, pera que nas náos da carrega, que estavam prestes pera partirem pera estes Reynos, os mandasse a ElRey D. Manuel”¹¹. Também Miguel Ferreira, quando se encontrou com Albuquerque em Ormuz em 1515, regressando da segunda missão diplomática à Pérsia, era portador de “*hum caderno de todo o que passara até tornar a Ormuz*”. O destino deste caderno é

8 De iniciativa da própria coroa, aponta-se, a título de exemplo, a embaixada que D. Francisco de Almeida deveria providenciar ao reino de Vijayanagara, explicitamente consagrado no Regimento do Vice-rei, V. ‘Regimento que levou D. Francisco de Almeida quando foi por Capitão-mor para a Índia de 5 de Março de 1505’ In: *Cartas*, tomo II, p.272-334. Contudo, a embaixada de Pedro Fernandes Tinoco não se concretizou, por manifesta obstrução de D. Francisco de Almeida, o que motivou longa carta de protesto a D. Manuel I, v. documento s/ título e s/ data, Raymundo António de Bulhão Pato. *Op. cit.* Tomo III. p. 170-177. Outro exemplo de iniciativa real foi a embaixada despachada desde Lisboa ao reino do Preste João, já referenciada. De iniciativa do Estado da Índia, podem apontar-se as embaixadas ao Xeqe Ismael da Pérsia, idealizadas por Afonso de Albuquerque em 1510, entregue a Rui Gomes de Carvalhosa, ou em 1514, entregue a Miguel Ferreira. V. Gaspar Correia. *Op. cit.* Vol. II. p. 443.

9 É notório o exemplo de Francisco de Xavier que, aquando da segunda visita à corte de Yamaguchi, no Japão, tenha “mandando pedir audiência de parte do Governador da Índia por cuja autoridade” se apresentou, declarando desempenhar “o officio de Embaxador do Bispo, & Governador da Índia”, v. João de Lucena. *História da Vida do Padre Francisco de Xavier*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952. Livro VII. p. 570. Já o frade dominicano Gaspar da Cruz, no relato que escreveu, *Tractado em que se Cotam muito por Estenso as Cousas da China, co suas particularidades, e assi do Reino dOrmuz* (1569-1570), que relata a experiência pessoal de missionação na China, lamentando-se das imensas dificuldades, alvitra como solução “uma maneira com que se pudesse pregar livremente e se pudesse fazer fruto na terra, sem cão ladrar a pregador, nem loutiã lhe poder empecer por nenhuma via, que é se ouvesse para isso licença d’el-rei. E poder-se-lia alcançar se fosse mandada uma solene embaixada com solene presente a el-rei da China em nome d’el-rei de Portugal, indo com o embaixador padres que alcançassem licença para andarem pela terra, mostrando serem homens sem armas”, Frei Gaspar da Cruz. *Tratado das Coisas da China (Évora, 1569-1570)*. Lisboa: Cotovia – CNCDP, 1997. p. 260. Ou seja, o objectivo (objetivo) de tal missão seria misto, entre os designios político e religioso.

10 É com base num destes relatórios que Albuquerque assegurava a D. Manuel, em 1513, que “el Rey de narsymga creio que vola dará polos cavalos darabia e persia que vem a goa hirem todos a seu reyno, porque asy mo espreveo gaspar chanoca per vezes, que já tinha mamdado”, v. ‘Carta de Affonso de Albuquerque a El-Rey D. Manoel, sobre estar feita a paz com os Reys de Ormuz até Choromandel, e o que se devia fazer no mar Roxo. Cananor, 30 de novembro de 1513’ In: Júlio Firmino Judice Biker (org.). *Collecção de tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia portuguesa fez com os reis e senhores com quem teve relações nas partes da Asia e Africa Oriental: desde o principio da conquista até ao fim do século 18*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. p. 6.

11 Manuel Fragoso, foi à corte do rei do Sião, em 1512, com António de Miranda de Azevedo e Duarte Coelho, tendo lá permanecido por dois anos. Regressou à Goa em 1514, com uma embaixada do Sião dirigida a Afonso de Albuquerque, e com o manuscrito referido, v. Braz de Albuquerque. *Op. cit.* Parte IV, Cap. XX.

desconhecido, mas teria sido compulsado por Gaspar Correia¹².

Este conhecimento construído sobre múltiplas dimensões da geografia na Ásia – política, humana, religiosa, territorial – favoreceu o conhecimento sobre o território na perspectiva da implementação de um domínio mais efetivo, onde realmente se valorizou o binômio conhecimento e poder.

O embaixador

Mas se o embaixador, ou quem possuísse credenciais específicas na embaixada, tinha de lidar com uma massa de observações com uma latitude enorme, o que fazia dele um elemento especialmente qualificado para o efeito? O embaixador foi tipicamente uma figura de nomeação política. Contudo, aparentemente, nenhuma formação especial o qualificava para a missão diplomática. O que se percebe, na maior parte das vezes, é a adequação de determinado oficial da coroa à natureza específica da missão, tendo em conta os indivíduos disponíveis, os meios, o destino, a possível confiança, qualificações, argúcia, ou tenacidade do escolhido. A avaliação das suas competências era, por isso, certamente subjetiva, e dependia de muitos fatores alheios ao próprio.

Apesar das dificuldades e perigos, a missão de embaixador foi também cobiçada pelas mercês que poderia produzir, tal como Gaspar Correia escreveu, quando “Fernão Gomes de Lemos pediu ao Governador lhe fizesse mercê o mandar” com a embaixada persa. Correia não hesitou em dizer que o candidato “pediu esta viagem cobiçoso das grandes mercês que Xequesmael fazia a Miguel Ferreira, que elle nom quis aceitar”¹³. O Governador concordou, já que Lemos seria “homem auto pera ysso; e lhe deu por escriuão Gil Simões, moço da camara d’ElRey, homem galante e muyto manhoso no jogar das armas; e deu a Fernão Gomes quinze homens portuguezes pera seu seruiço”¹⁴.

O texto deixa perceber a constituição parcial da comitiva, que habitualmente englobava diversos indivíduos, como um segundo embaixador, espécie de substituto, um capelão, ou outro religioso, um língua, ou tradutor, soldados, criados, carregadores e, até, curiosos que se integravam na embaixada com o propósito de fazer a viagem e “ver o mundo”. Na comitiva da embaixada a Vijayanagara, Albuquerque enviou Gaspar Chanoca “bẽ acõpanhado, assi de gẽte de caualo dos nossos, como de piães da terra, & todos bẽ atauaiados”¹⁵. Na embaixada que partiu de Portugal em 1515, ao reino do Preste João, Duarte Galvão “homem muy soficiente pera tal encargo, pera assentar as cousas como comprião”, foi acompanhado do capelão Francisco Álvares, do escrivão Lopo de Vilalobos e “vinte homens de seruiço, muy sabidos em todalas artes das armas, e musiqos de tangeres e fallas, e todolos officios macaniços”¹⁶. Outro exemplo ainda, dá Damião de Góis sobre as escolhas de Albuquerque para a embaixada de Diogo Fernandes ao Gujarat em 1514, “& com elle por açessor Iames Teixeira, & por secretario da embaixada Françisco paez & por lingoa duarte Vaz & vinte Portuguezes homẽs nobres, a que mandou dar tudoho que lhes era neçessario pera suas pessoas, & despesa do caminho”¹⁷.

12 Gaspar Correia. *Op. cit.* Vol. II. p. 410. Foi com base neste caderno, que o cronista afirma ter tido em sua posse, que escreveu o capítulo seguinte do mesmo Tomo.

13 Idem. Vol. II. p. 443-444.

14 Idem. Vol. II. p. 443.

15 Fernão Lopes de Castanheda. *Op. cit.* Livro III, Cap. XII.

16 Gaspar Correia. *Op. cit.* Vol. II. p. 464-465.

17 Damião de Góis. *Op. cit.* Parte III, Cap. lxxiii. p. 242.

A caracterização possível da figura do embaixador é a elevada heterogeneidade nas qualificações, no extrato social, e até na nacionalidade ou no sangue¹⁸. Assim se compreende que pelas crônicas, relatos e correspondência do século XVI, se encontre a tarefa – mais que ofício – de embaixador atribuída e assumida por gente tão díspar quanto procedente da nobreza¹⁹, fidalgos da Casa do rei²⁰, do clero²¹, ou ainda vulgares mesteres como boticário²², ou alfaiate²³.

Portanto, a mobilização e atribuição do encargo de embaixador na Ásia, pautou-se, neste período do século XVI, pela experimentação e adaptação dos recursos humanos disponíveis conjuntamente, ao desígnio e destino da embaixada. Barros justificou a escolha por D. Aleixo de Menezes, de Duarte Coelho para regressar ao Sião como embaixador, pela experiência anterior, “grande intelligencia em saber as cousas de lá, nas quaes estava mui prático: ass que por estas razões o despachou”²⁴. Isto é, nas primeiras décadas persistiu no desenho das relações externas regionais, a primazia para o possível sobre o apenas desejável, e o cultivo do que se pode designar por medidas de confiança prática em oficiais cuja missão para além de representar o Estado da Índia era, em última instância, interpretar intenções de um parceiro político, procurar estabelecer a confiança possível entre as partes, e garantir que se estabeleciam vínculos com as soberanias locais contribuindo para o sucesso da missão.

Estratégias

Na gestão das oportunidades que se perfilharam, Afonso de Albuquerque demonstrou sagacidade ao perceber a importância do estabelecimento de relações diplomáticas com as soberanias políticas que poderiam representar ou proporcionar vantagens no quadro dos interesses e problemas que a presença portuguesa encarava. Apesar de ser um homem de cultura tardo-medieval guerreira, demonstrou ter um raro entendimento da importância da diplomacia na Índia, ao contrário do Vice-rei D. Francisco de Almeida (que teve relutância em enviar Pedro Fernandes de Tinoco como embaixador a Vijayanagara, apesar de ter ordens para isso expressas em regimento), e outros governadores posteriores.

Registados por verbetes, ordens ou regimentos, encontram-se instruções diretas e minuciosas de Albuquerque que expõem os cuidados a ter com as embaixadas que envia, e que recebe. Mantimentos, dinheiro, acomodação, presentes e outros recursos de cortesia e logística,

18 O caso de um cristão-novo expedido pelo Governador Francisco Barreto como embaixador a Vijayanagara, v. 'Carta do Padre dom Gonçalo da Silveira ao Padre Miguel Torres, em 1557' In: António da Silva Rego *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963. Vol. 6. p. 230.

19 António Miranda de Azevedo foi o embaixador português enviado ao reino de Ayutthaya, no Sião, encontrando-se com o rei Rama Tibodi II, no que foi a segunda missão diplomática, em 1512. Viria a ter credenciais de Capitão-mor do Mar de Ceilão. Em 1526, o governador D. Henrique de Menezes, na iminência da sua morte, delegou-lhe a Armada da Índia, e em 1527, Lopo Vaz de Sampaio nomeou-o Capitão-mor do Mar da Índia, João de Barros. *Op. cit.* Década IV, Livro I, Cap. III.

20 Gaspar Chanoca, “homem de boa casta, & caualeyro da casa del rey seu señor” In: Fernão Lopes de Castanheda. *Op. cit.* Livro III, Cap. XII. Foi também o caso de Duarte Coelho, fidalgo da família dos Coelho, que foi ao Sião em 1512, acompanhando a embaixada de António de Miranda de Azevedo. Em 1516 fez nova viagem ao Sião, em missão diplomática comercial e concluiu um tratado comercial. No ano seguinte, regressou ao reino asiático na qualidade de embaixador, enviado por D. Aleixo de Menezes.

21 O caso do franciscano Fr. Luis do Salvador com uma importante e crucial missão diplomática a Vijayanagara.

22 Tomé Pires, filho do boticário de D. João II, foi nomeado para a Índia por D. Manuel I. Afonso de Albuquerque nomeou-o para Malaca, investido nos cargos de escrivão da feitoria e de contador das drogarias. Até 1515 permaneceu em Malaca, deslocando-se na região, onde estudou as plantas medicinais do extremo asiático. Em 1516 foi enviado como embaixador à corte do imperador Ming, Zhengde, pelo governador Lopo Soares de Albergaria. A missão não produziu qualquer efeito, acabando por ser preso e falecer em circunstâncias desconhecidas.

23 Duarte Fernandes, alfaiate, foi escolhido por Afonso de Albuquerque, em 1511, para conduzir a primeira embaixada ao reino do Sião, logo após a conquista de Malaca, em virtude dos seus conhecimentos da língua malaia, v. João de Barros. *Op. cit.* Década II, Livro VI, cap. V.

24 Idem. Década III, Livro II, Cap. IV.

são sempre cuidadosamente ordenados no recebimento dos representantes de soberanos asiáticos. Mais, implicitamente, reconhece-se o estatuto do embaixador como representante legítimo de um soberano. A todos, remeteu-os com presentes selecionados por ele próprio, a serem ofertados em nome da coroa portuguesa. Um outro aspecto da comunicação, este, materializado em objetos que ganhavam um redobrado poder, quer pelo seu valor, aspecto ou raridade. Para tal recorreu-se frequentemente de despojos capturados, de objetos de alto valor na posse de oficiais ou mercadores portugueses, confiscando-os e emitindo ordens de pagamento ao redor da fazenda para ressarcir os anteriores proprietários.

De outra forma, durante os contatos era fundamental tentar conhecer a matriz cultural e ritual do anfitrião, de forma a não incorrer em mal-entendidos ou ultrapassar os códigos de honra e cortesia observados na corte anfitriã. Os protocolos a observar incluíam rituais de corte, cerimônias de apresentação, oferta de presentes, entrega de credenciais, todos de grande significado simbólico. O imperativo do protocolo era por isso encarado de forma cuidada e objeto de planeamento e atenção. Aos embaixadores que enviou, prescreveu-lhes cuidados a ter na etiqueta, no protocolo, na fala, no cumprimento de costumes, na sutil observação e registo de informações. No fundo, elementos centrais na esfera do protocolo e essenciais para a comunicação política.

Por isso, para que a embaixada tivesse sucesso e de maneira a não criar, segundo se entendia para a ocasião, hipóteses de situações indelicadas, os embaixadores foram dotados de regimento detalhado, que funcionava como uma cartilha de instruções a observar.

Albuquerque era cuidadoso, e para a terceira embaixada de 1515 ao Shah Ismael “deu a Fernão Gomes grande regimento de todo o que compria”²⁵. No regimento, Albuquerque advertiu Fernão Gomes de Lemos para durante a viagem permanecer em companhia do embaixador persa, “nam comprando nada sem elle e sua licença, nem o provimento pera vossas necessidades, nem vos apartareis delle a hir ver cidade, praças, lugares, Ricas festas, Jogos, nem outro caminho senam ho que elle fizer”, e na presença do soberano persa, advertiu o embaixador para “com toda Reuerencia e acatamento lhe fareis aquella Reuerencia que a huum tam gram Rei he diuida”²⁶.

Cinco anos antes, em 1510, quando Afonso de Albuquerque preparou a embaixada a enviar à corte do Xequé Ismael da Pérsia, e decidiu nomear Rui Gomes de Carvalhosa como embaixador, seguindo as palavras de Gaspar Correia, revelou uma surpreendente argúcia e prudência nas instruções que transmitiu a Rui Gomes, sobretudo em atenção à forma como se deveria comportar em território e na corte persa.

Para além do protocolo a observar, a sua interpretação era uma constante preocupação, pois a diplomacia requeria que, para além dos aspectos puramente rituais, o comportamento do embaixador fosse fundamental. Por isso, veja-se a forma como Albuquerque alertou para a postura a atender, sempre em face do que deveria observar, para que não compromettesse o sucesso e objetivos da embaixada:

Com esta carta deu a Ruy Gomes apontamentos do que avia de fazer dizer, a saber, que elle nunca se apartaria da pessoa do embaixador, e nom pedisse nada, por mingoa que tivesse, nem comesse mais do que lhe dessem, nem o pedisse, e que nada perguntasse, nem se espantasse de nada que visse, nem se detivesse por olhar nada, nem se mostrasse menencorio por nada que lhe fizessem, nem se risse de chocarreiros, nem de cousa que visse, nem fallase nunca, somente respondesse

²⁵ Gaspar Correia. *Op. cit.* Vol. II. p. 443.

²⁶ ‘O Regimento que deu a fernam guomez de lemos e a gil simoens que mandou ao xequé Ismael’ In: Raymundo António de Bulhão Pato. *Op. cit.* Tomo I, p. 389-390.

ao que lhe perguntassem, nem por nada perguntasse. E que em todas suas cousas se mostrasse muy repousado e vagaroso. E que hindo ante a pessoa do Xequesmael lhe fizesse muyto mor cortesia do que visse que outros lhe fazião, e que ante elle nada fizesse, nem fallasse senão com elle, e que lhe perguntando das cousas de Portugal, e d'ElRey, de tudo lhe desse tal relatório que o Xequesmael folgasse de o perguntar e ouvir; recontandolhe as grandezas da pessoa d'ElRey, e da Rainha, e seus serviços, casas reaes, vestidos, riquezas de suas pessoas, fidalgos, damas, corte, cidades, villas, rendas, armadas, conquistas d'Africa, amizades, casamentos com os Reys christãos seus visinhos; e de nossa fé e adoração somente o que elle perguntasse, e tudo em tal ordem, e com tanto aviso, que nom caysse em erro de mentira, nem fallar a cousa duas vezes²⁷.

Artigo recebido para publicação em 20 de abril de 2014.

²⁷ Gaspar Correia. *Op. cit.* Vol. II. p. 71-72.